



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTOJUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

ANDREA MARIA DOS SANTOS

**“ UMA TURMA PRA LÁ DE ESPECIAL ”: HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO
UMA PERSPECTIVA DE PROTEÇÃO PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA.**

São Domingos /SE

2016

ANDREA MARIA DOS SANTOS

**“UMA TURMA PARA LÁ DE ESPECIAL”: HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO
UMA PERSPECTIVA DE PROTEÇÃO PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de plano de intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infante-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege), cujo eixo temático é a escola como espaço de promoção da cidadania e mediação de conflitos.

Orientador(a): Prof^ª. Msc. Flávia Priscila Souza Tenório

São Domingos/ SE
2016

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Msc. Flávia Priscila Souza Tenório
(Orientadora)**

**Prof^a. Dr^a. Adriane Álvaro Damacena
(Membro Convidado - Externo)**

**Prof. Dr. Ferdinando santos de melo
(Membro Convidado - Externo)**

Nota: _____

Data de Apresentação: ___ / ___ / ___

São Domingos/SE

2016

S231u Santos, Andreia Maria dos
“Uma turma pra lá de especial”: história em quadrinhos como uma perspectiva de proteção para o aluno com deficiência / Andreia Maria dos santos; orientadora: Flávia Pricila Souza tenório . – São Domingos, 2016.
42 f. : il.

Monografia (trabalho de conclusão de curso de especialização em direito infanto-juvenis) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1.Educação. 2.Educação inclusiva. 3. Deficiência. 4.História em quadrinhos. I.Tenório, Flávia Priscila souza, orient. II. Título.

CDU: 376-056.36

AGRADECIMENTOS

Para Deus, toda honra e glória, por ter ouvido minhas incessantes orações, por aliviar através de sua palavra minhas angústias durante a escrita deste trabalho. Obrigada, Senhor, pela força e coragem para continuar, apesar de tantos obstáculos.

Agradeço a minha mãezinha por sempre acreditar em meu potencial, comprar todas as minhas ideias e, antes de tudo, ser fonte de inspiração enquanto mulher e profissional. Dedico a Maria José dos Santos, minha e só minha este projeto. Ao meu pai, Andreino, e minha avó “Dona Zefa” agradeço pelas orações e palavras de encorajamento.

Obrigado à Universidade Federal de Sergipe, pela oportunidade de desenvolver este projeto dentro do curso de especialização em direitos infanto-juvenis no ambiente escolar (Escola que Protege) de forma gratuita, com excelentes profissionais, empenhados para a realização das atividades com qualidade.

Também destaco a importância do CESAD e da coordenação do curso nesse processo, na medida em que disponibilizou uma estrutura para que tudo acontecesse da melhor forma, através de tutores comprometidos com o trabalho, encontros presenciais, ambiente virtual acessível, ótimo material didático, enfim, agradeço a chance de conhecer os direitos das crianças e dos adolescentes e pela possibilidade de, através do projeto de intervenção, apresentar esse trabalho como conclusão do curso.

Agradeço de forma especial a orientadora Flávia Priscila, por ter ajudado durante a elaboração deste texto, nas revisões, e por me tranquilizar quando precisei.

Só posso agradecer aos profissionais que fizeram empréstimos de seus materiais para que o referencial teórico pudesse ser construído: Alexandra, “Kakau” (Maria do Carmo), Fernanda, Henrique. Agradeço também a Maria José Oliveira Santos, diretora da escola, por ter possibilitado a idealização do projeto na instituição.

Aos entrevistados (conselheiro tutelar; e as duas especialistas em libras que, trabalham com a educação inclusiva no município de Areia Branca/SE), de forma mais que especial, à professora Vera, por ter desenhado os personagens a partir das minhas ideias. A professora de inglês Juliana por ter ajudado com o *abstract* presente nesse projeto.

A Taciana, por ter ajudado com os contatos dos revisores ortográficos e aos mesmos pelo trabalho realizado. Aos alunos, fonte de estudos deste projeto. Enfim, um tradicional obrigado, cheio de um desejo de mudança e revolução.

RESUMO

A educação é um ato democrático, em que todos devem ter direito as mesmas condições no ambiente escolar. As abordagens sobre esse campo são as mais variadas e revelam uma historicidade em suas concepções e são consequências de períodos distintos, em que o ambiente escolar pode solidificar ou transformar valores, na medida em que, nesse espaço de socialização do conhecimento, os indivíduos reproduzem o que são. As concepções que versam pelos mais variados assuntos são postas em prática dentro da escola. A respeito dos deficientes nas instituições escolares, as concepções mudaram ao longo dos períodos da História. Eles já foram vistos e tratados com extremo preconceito, e no momento atual, a sociedade acaba por integrá-los como uma pseudoinclusão. Nesse aspecto, o caminho mostra-se com avanços e retrocessos. Trabalhar os direitos de crianças e adolescentes com deficiência é o objetivo deste plano: uma história em quadrinhos (HQ) intitulada “Uma turma para lá de especial”. Esse projeto trata da inclusão escolar sobre a ótica de proteção dos estudantes com deficiência, na possibilidade de abordar um assunto tão complexo e debatido por educadores e pesquisadores, mas que encontra em cada realidade escolar novos desafios, o que pode ser observado na Escola Municipal José Inácio da Fonseca situada no povoado Junco Areia Branca/ SE. Este projeto objetiva, por meio de uma metodologia lúdica, a HQ, um enfoque diferenciado sobre a temática da integração, e nesse sentido se faz necessário construir uma identidade social e cultural também dentro da escola para com o estudante deficiente.

Palavras-chave: Educação, Educação inclusiva, História em quadrinhos.

ABSTRACT

Education is a democratic act, in which everyone should be entitled to the same conditions in the school setting. The approaches to this field are varied and show a historicity in their conceptions and are consequences of different periods, where the school setting may solidify or change values, as in this knowledge socialization space individuals reproduce what they are, their conceptions that deal with various issues are put into practice within the school. Regarding the disabled in schools, the conceptions have changed over the periods of History; they have already been seen and treated with extreme prejudice, and in the current era society has integrated them as a pseudo inclusion, in this aspect the way appears to be with advances and setbacks. Working rights of children and adolescents with disabilities is the goal of this project: a comic book (H.Q) entitled “A class very special”; this project deals with the school inclusion on the protection perspective of students with disabilities, with the possibility to address an issue so complex and debated by educators and researchers, but that faces in every school reality new challenges, which can be seen at Municipal School José Inácio da Fonseca located in the village Junco, Areia Branca/SE; this project aims through a playful methodology, the comic book (H.Q), a differentiated focus on the theme of integration, and in that sense it is done necessary to build a social and cultural identity also inside of the school to the deficient student.

Key -words: education; students; disability; comic book; society.

LISTAS

Listas de figuras

Figura 1 Exemplo de escola inclusiva.....	12
Figura 2 Estado de Sergipe em destaque para o município de Areia Branca	28

Listas de quadros

Quadro1 Diferentes tipos de deficiência.....	25
Cronograma com etapas	38

Lista de imagens

Imagem 1 Estrutura da sala de recursos municipais.....	29
Imagem 2 Equipamento audiovisuais disponíveis	29
Imagem 3 Mesa de recursos danificada.....	29
Imagem 4 Dependências do banheiro e depósito, na Escola municipal José Inácio da Fonseca.....	30
Imagem 5 Adaptações do banheiro da Escola municipal José Inácio da Fonseca.....	31
Imagem 6 Única rampa de acesso construída na escola, sem corrimão.....	31

Sumário

BANCA EXAMINADORA	2
1-INTRODUÇÃO	12
1-UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	18
1.1 Inclusão escolar: perspectivas históricas sobre o tema	19
1.2 A história em quadrinhos como recurso metodológico no objetivo da inclusão	27
2- DIAGNÓSTICO	29
3- PLANO DE INTERVENÇÃO	37
3.1 Custos para a implementação do projeto	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE	47
ANEXOS	49

1-INTRODUÇÃO

A educação é um ato democrático, em que todos devem ter direito as mesmas condições no ambiente escolar. Essa frase para muitos tem uma tônica usual, pois é um discurso muito propagado por estudiosos do sistema educacional, mas no dia a dia, e no que tange ao enfoque sobre o estudante deficiente a passos lentos, as mudanças são vistas para fomentar uma aprendizagem de qualidade em especial para esse público.

A escola por ser uma extensão social recebe a influência da sociedade e há uma interação entre essa parte e o todo social. Desse modo, o ambiente escolar deveria ser um espaço onde todos deveriam ser vistos e tratados como iguais.

Diversas teorias em diferentes épocas viram o estudante de formas variadas, como por exemplo, para os teóricos das perspectivas não críticas, a marginalidade acontece porque o discente não tem conhecimento e a escola deve melhorar essa situação, a partir do momento que o mesmo sai do campo da ignorância para adentrar na questão do conhecimento. A escola tradicional forma estudantes “enciclopedistas”, que utiliza o método da memorização como estudo. Acredita-se que seja uma boa alternativa de estudos para muitos hoje em dia. A escola se organiza para ter o aluno sentado, adquirindo o conhecimento e acredita que assim ele vence a marginalidade.

Já as teorias críticas consideram que o estudante tem o mesmo valor, é igual em qualquer sociedade e tem a liberdade inerente ao ser. O estudante marginalizado é o que não aprende e os mesmos apresentam a sua individualidade e a escola deve se organizar para atendê-las. Dessa forma são vistos como seres marginalizados da sociedade, ignorantes, e assim assumem a culpa de seu fracasso como exclusivamente sua.

As abordagens são as mais variadas e revelam uma historicidade em suas concepções e são consequências de períodos distintos, em que o ambiente escolar pode solidificar ou transformar valores, desde que, nesse espaço de socialização do conhecimento, os indivíduos que compõem a escola sejam eles estudantes, professores ou funcionários reproduzem o que são, suas concepções que versam pelos mais variados assuntos, as quais são postas em prática dentro dos muros da escola.

A respeito dos deficientes na escola, as concepções mudaram ao longo dos períodos da História. Eles já foram vistos e tratados com extremo preconceito, e no momento atual, a sociedade acaba por integrá-los como uma pseudoinclusão. Nesse aspecto, o caminho mostra-se com avanços e retrocessos.

“Se Não houver aprendizagem, ao invés da inclusão, teremos somente a integração”. (SANTOS, 2015, p. 143). Ao escrever essa frase, a autora trata da questão da deficiência com uma precisão relevante no que diz respeito ao contexto escolar, pois aborda que a função social da escola está ligada ao processo de ensino-aprendizagem e não pode ser perdida diante da perspectiva dos estudantes deficientes. Mais do que a socialização de conteúdos, as vivências devem ser construídas para a formação do cidadão em sociedade, a fim de que eles possam ser livres para encontrar o conhecimento, e para que tenham seus direitos assegurados.

A Lei nº 7.853/1989 obriga todas as escolas a aceitarem matrículas de estudantes com deficiência e transforma em crime a recusa a esse direito. Essa afirmativa faz referência a diferentes questões: como acolher esse estudante deficiente? Dentro da escola, a equipe pedagógica está preparada para trabalhar com as múltiplas deficiências? O atendimento oferecido pelos estabelecimentos de ensino é adequado para que esse estudante se desenvolva? Esses e tantos outros questionamentos vieram junto ao texto dessa legislação. Com a obrigatoriedade, o número de alunos com deficiência matriculados aumentou no país, o que traz à tona uma nova forma de olhar esse aluno. Na figura 01, fica exposta um exemplo de esquema para um projeto de escola inclusiva.

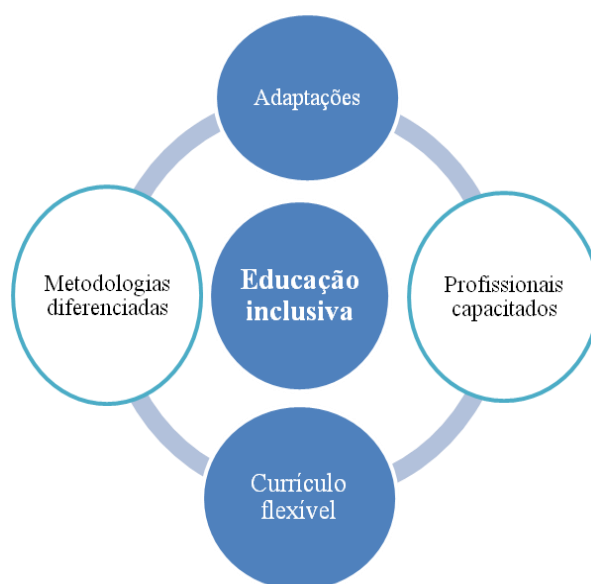


Figura 1: Exemplo de esquema de um escola inclusiva. Fonte: arquivo pessoal da autora, 2015.

Trabalhar os direitos de crianças e adolescentes deficientes é o objetivo deste plano: uma história em quadrinhos intitulada “Uma turma para lá de especial”. Este projeto trata da inclusão escolar sobre a ótica de proteção do estudante com deficiência, na possibilidade de abordar um assunto tão complexo e debatido por educadores e pesquisadores, mas que encontra em cada realidade escolar novos desafios. A ideia de utilizar a história em quadrinhos como um recurso metodológico de entendimento sobre proteção dos estudantes é a de narrar através de sequências de diálogos e desenhos a legislação que assegura a esse estudante o direito de ter um ensino de qualidade preparado para sua condição diferenciada de aprendizagem.

A instituição estudada foi a Escola Municipal José Inácio da Fonseca, a qual está situada no povoado Junco, zona rural do município de Areia Branca /SE. Essa escola foi escolhida por ter um pequeno número de estudantes deficientes matriculados. Ela recebe esses estudantes que, por vezes, em que os pais, por vezes não sabem de forma específica do que se trata sua condição diferenciada de aprendizagem. Não tem sala de recursos, ou alguém especializado para receber e desenvolver habilidades com esse público. A instituição recebe-os, mas o que se percebe é uma evasão deles e o sentimento de que se faz um trabalho incompleto com esse grupo, ou ocorre a matrícula apenas por uma formalidade para que o estudante continue a receber auxílios governamentais, mas acabam por não frequentar a escola.

Percebe-se que essa demanda de estudantes deficientes é inserida em um ambiente que não foi preparado para sua chegada, onde até mesmo professores não sabem do que se trata a respeito da condição diferenciada dos discentes. O docente por vezes, em sua formação inicial não contemplou questões relativas à educação inclusiva ou o fez de forma fragmentada. Nesse sentido, Costa (2010, p. 125) argumenta que “[...] a educação teria que contribuir para a conscientização dos professores e não a se ater somente a técnicas reducionistas, que fortalecem e reproduzem pensamentos estereotipados”.

As situações vivenciadas pela escola vão desde o estudante deficiente que têm orientação e acompanhamento médico e há àqueles que são perceptíveis ao longo do processo de ensino-aprendizagem dificuldades, déficits de aprendizagem, que

necessitariam de um apoio especializado e que a família não admite a questão da deficiência ou mesmo de uma condição menos evidente. O contingente de estudantes na escola analisada é pequeno, mas a quantidade não impede que tais situações aconteçam e que revele a falta de adaptações para que o trabalho pedagógico ocorra em consonância com a aprendizagem.

O interesse pessoal em estudar este tema surgiu com a vivência escolar no período da matrícula do ano letivo de 2015, no qual foi possível observar a forma como o estudante deficiente chega para ser matriculado na escola, sem um entendimento mínimo dos pais a respeito do tema, e um despreparo da estrutura física e pedagógica da escola garantir a esse estudante uma aprendizagem que preze pela qualidade. A partir dos estudos, do material disponível nos módulos e atividades do curso de especialização em direitos infanto-juvenis no ambiente escolar (Escola que Protege), foi possível compreender que os direitos humanos existem para todos, independentemente de suas condições, sejam elas físicas, mentais ou sociais, reconhecer a escola como um espaço de transformação, a qual deve desenvolver ações conjuntas com outras instituições, trabalhar o direito do indivíduo dentro de suas condições para que ele possa alcançar um nível de entendimento sobre sua atuação enquanto cidadão.

A importância social deste tema está no fato de que a comunidade escolar necessita compreender que a educação inclusiva tem por objetivo romper com paradigmas pré-estabelecidos, receber esses estudantes e ofertar condições para que eles desenvolvam habilidades que continuem na escola e que a partir daí identifique e agregue valor a sociedade enquanto cidadão dotados de direitos e deveres. Uma aprendizagem diferenciada baseada em valores para além de notas, que levem para fora dos muros da escola um entendimento mais amplo sobre esse estudante e a sua importância enquanto ser partícipe da sociedade.

No que tange ao aspecto profissional enquanto professor (a), é o de compreender o estudante dentro de suas singularidades na tentativa de levar esse discente ao conhecimento nas mais diversas disciplinas, sem exigir dos mesmos que isso aconteça em um ritmo único, ou em um tempo igual para todos, nesse sentido diversificar a forma de ministrar aulas, utilizar metodologias diferenciadas terão como possíveis consequências pontos positivos dentro da sala de aula.

A relevância acadêmica desse projeto reflete-se no enfoque dado ao tema de um modo lúdico, como uma metodologia que privilegie o ponto de vista dos protagonistas do processo educativo, nesse caso específico os estudantes deficientes.

O objetivo geral desse projeto é discutir o direito da criança e do adolescente com deficiência no ambiente escolar através de uma história em quadrinhos, intitulada “Uma turma para lá de especial”. Esse tema é relevante, tendo em vista uma educação não excludente, que propague uma inclusão feita com qualidade e que, dessa maneira, traga para os estudantes, independentemente de suas condições, a possibilidade de construção do conhecimento.

Os objetivos específicos do projeto são: refletir sobre a inclusão escolar na instituição de ensino Escola Municipal José Inácio da Fonseca, localizada no município de Areia Branca/SE à luz das legislações pertinentes a essa questão, analisar como a inclusão acontece no Brasil; identificar a história em quadrinhos como um recurso metodológico e lúdico, descrever as condições dos estudantes deficientes na escola em destaque.

A história em quadrinhos traz para este debate um jeito novo de encarar essa realidade. Os personagens da turma terão como tema principal seus direitos enquanto parte de um contexto social do qual fazem parte, em que suas deficiências serão colocadas não como fardos ou problemas e sim como motivos que os diferenciam, não como superiores aos demais, apenas dotados de habilidades diferenciadas.

Para a problemática em questão, fez-se necessário realizar um levantamento bibliográfico sobre o tema a ser estudado como forma de fundamentação teórica. A pesquisa bibliográfica baseou-se em autores que discutem a questão da legislação que aborda o tema relacionado às crianças e aos adolescentes deficientes na escola, referências sobre as múltiplas deficiências, assim como históricos de conferências, declarações, encontros que versaram sobre a problemática e, de modo específico, uma contextualização sobre a história em quadrinhos, recurso proposto nesse texto para intervir na realidade observada.

Foi utilizado também, como instrumento para análise, a observação do cotidiano escolar (realizada entre os meses de janeiro e março de 2015) com dados dos estudantes matriculados no ano letivo de 2015 obtidos nos documentos da escola (Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Interno Escolar), além da utilização de entrevistas, as

quais foram realizadas de modo estruturado e semiestruturado (ver anexos) com quatro profissionais da cidade estudada (conselheiro tutelar; especialista em Libras que trabalha com a questão dessa demanda no município; direção da escola destacada e com a professora da única sala de recursos do município (especialista em Libras). Esses profissionais assinaram um termo de consentimento para que a entrevista fosse utilizada nesse projeto e para que com base nas falas pudesse ser situado o cenário no qual se encontra a educação inclusiva no município.

Com as entrevistas, foi possível compreender através da perspectiva de profissionais que trabalham com o público de crianças e adolescentes a realidade no que se refere aos direitos dentro e fora do ambiente escolar, o período de realização das entrevistas foi entre os meses de abril e agosto de 2015.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: no capítulo 1, será abordado um breve histórico sobre a perspectiva da educação inclusiva no Brasil; a inclusão escolar através de uma perspectiva histórica sobre o tema e a história em quadrinhos como recurso metodológico no objetivo da inclusão; no capítulo 2, o diagnóstico apresentará dados a respeito da temática; no capítulo 3, o plano de intervenção apresentará as propostas de atividades para intervir no problema em destaque e, as considerações finais que traz a possibilidade de construção de uma identidade social do estudante com deficiência através de um trabalho integrado de diferentes profissionais e áreas, para que em conjunto esse público possa ter assegurados seus direitos.

1-UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

No período imperial, foram criados no país o Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos Mudos, além do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira na Bahia¹. Essas foram ações pontuais desse momento histórico que se contrapunha à Europa onde proliferaram instituições que trabalhavam com essa demanda específica. Após a Proclamação da República, esse tema passou por um período de expansão. Sobre esse contexto histórico:

Analisando o período histórico da educação inclusiva no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, é possível notar que se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social. (VIEIRA, 2009, p.4)

No século XX, mais precisamente na década de 1930, começa-se a aprofundar os estudos sobre essa esfera social, resultando em práticas educativas, a defesa de uma sociedade inclusiva, mais igualitária, que começa a surgir no cenário social. No que tange a esse momento:

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação. (JANNUZZI, 2004, p.34).

Os anos da década de 1970 foram proveitosos frente a esse panorama, através do Decreto nº 72.425/1973, que cria o Centro Nacional de Educação Especial como um órgão que possui uma autonomia diante da Secretaria Geral do Ministério de Educação e Cultura.

A Constituição Federal traz no Capítulo II dos Direitos Sociais, Art. 6º que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (Artigo com redação dada pela

^{*1} No endereço eletrônico: <http://www.saude.ba.gov.br/hjm/> encontra-se áreas para pesquisas: memorial Professor Juliano Moreira, assim como fatos marcantes da história da saúde mental no Brasil.

Emenda Constitucional nº 26, de 2000) e (Artigo com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, o assunto da matrícula do estudante com deficiência traz a seguinte redação atualizada pela Lei nº 12.796/2013: “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

No dia 06 de julho de 2015, uma notícia foi exposta na mídia sobre a obrigatoriedade e a questão da matrícula no ensino regular dos estudantes deficientes. O que a matéria expressa é que no estado de Minas Gerais, um projeto de autoria do deputado Eduardo Barbosa pretende alterar a resolução que trata da obrigatoriedade no ato da matrícula do aluno com deficiência. O objetivo do deputado é sustar a aplicação de norma do Conselho Nacional da Educação (CNE). O projeto passará por comissões até chegar ao plenário.

Pode-se analisar esse debate como um retrocesso diante das políticas de inserção dos estudantes deficientes, ou que o objetivo seja visar o melhor ingresso dos mesmos com uma estrutura mais ampla para melhor recebê-los, são formulações “prematuras” no que tange a esse projeto do território mineiro.

O próximo tópico abordará análises variadas no que se refere ao tema proposto como projeto de intervenção, com o intuito de contribuir com o entendimento sobre as questões que contemplam a escola .

1.1 Inclusão escolar: perspectivas históricas sobre o tema

Este projeto procura trazer para a sociedade essa possibilidade de observar o “universo” do estudante deficiente, como algo a ser encarado de forma positiva, pois sua presença enriquece o processo de aprendizagem e a construção da identidade dos cidadãos tanto na família quanto na escola. Dessa maneira:

[...] deve ocorrer no interior da escola como espaço sócio democrático, no qual o acesso ao conhecimento contribui para o reconhecimento da diferença como essência da humanidade, a solidariedade, a manifestação da criatividade, como também para solidárias experiências. (COSTA, 2002, p.42)

A escola como espaço educacional inclusivo deve promover a remoção das barreiras para a aprendizagem. Sendo assim, deixar de enfatizar o lado negativo das deficiências dos estudantes, e passar a destacar a sua humanidade e, conseqüentemente, seu direito à educação escolar e o acesso ao conhecimento. Tendo em vista essa discussão:

[...] Uma educação emancipadora capaz de combater o preconceito na escola, por intermédio de um projeto que contemple a escolha da diversidade humana e as diferenças cognitivas, sensoriais e físicas dos alunos, não as transformando em desigualdade. (Costa, 2006, p.27).

A pedagogia implantada deve se ater às necessidades educativas, sendo discentes deficientes ou não. É preciso construir um (PPP) participativo que leve em consideração os anseios dos estudantes, que encoraje a participação dos mesmos na construção de uma identidade para a escola, o que mostraria uma autonomia escolar frente a diversas situações.

O papel social que a escola deve garantir não é a mera reprodução do conhecimento expresso nos livros didáticos. A construção da cidadania está relacionada ao dia a dia do ambiente escolar, às escolhas assertivas que a instituição faz ao receber e propiciar o desenvolvimento desses estudantes em sociedade.

Existem diversos *blogs* na internet, que tratam do assunto da inclusão escolar, dos pontos e contrapontos a respeito dessa complexidade quando se trata da inserção do estudantes deficientes dentro do espaço escolar. Esses ambientes virtuais tratam da temática desde o ponto de vista do aluno atendido, a visão dos professores sobre inclusão escolar. Em uma era de informações rápidas, esse tipo de material auxilia, mas deve-se levar em consideração a forma como o tema é abordado por vezes de maneira equivocada.

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, no artigo 208 “III - atendimento educacional especializado às pessoas deficientes, preferencialmente na rede regular de ensino”; a Lei já citada nº 7853/1989; e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente no livro I : Parte Geral; Título I Das Disposições Preliminares no Art. 5º traz o seguinte texto:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (CARVALHO, 1998,p.16).

A legislação pertinente à temática estudada deixa clara a necessidade de práticas em que o estudante deficiente seja inserido na sociedade, e como a escola é parte fundamental da sociedade, deve trabalhar propostas em que eles sejam parte integrante e fundamental do contexto escolar, das ações empreendidas, e para isso, as Leis acolhem a inserção social e a legítima nos mais diversos ambientes sociais. A Constituição de um modo geral, fala sobre a igualdade entre os cidadãos que independem de sua condição seja ela física ou social. O ECA aborda o tratamento acolhedor diante de crianças e adolescentes. Nesse sentido, outras Leis também ligadas ao assunto foram elaboradas e estão disponíveis na Cartilha do Movimento Down. São elas:

1994 – Política Nacional de Educação Especial; 1996 – Lei Nº 9.394(LDB); 1999 – Decreto Nº 3.298(Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; 2001 – Lei Nº 10.172 O Plano Nacional de Educação (PNE) anterior; 2001 – Resolução CNE/CEB Nº 2 O texto do Conselho Nacional de Educação (CNE) institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; 2002 – Resolução CNE/CP Nº1/2002 A resolução dá “diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”. Sobre a educação inclusiva; 2002 – Lei Nº 10.436/02 Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras); 2005 – Decreto Nº 5.626/05 O decreto regulamenta a Lei Nº 10.436, de 2002; 2006 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; 2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); 2007 – Decreto Nº 6.094/07 O texto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC; 2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; 2008 – Decreto Nº 6.571 Dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica; 2009 – Resolução Nº 4 CNE/CEB O foco dessa resolução é orientar o estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, que deve ser realizado no contraturno; 2011 - Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. 2012 – Lei nº 12.764 A lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2014 – Plano Nacional de Educação (PNE) A meta que trata do tema no atual PNE é a de número 4. Sua redação é: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado.” (ROCHA E ALMEIDA, 2014, p.24 e 27).

A discussão sobre inserir o estudante deficiente no contexto escolar não é recente. No início da década de 1980, de forma mais precisa em 1981, a declaração de

Cuenca, resultante de um Seminário sobre educação especial, trouxe tal abordagem de forma a contextualizar tal perspectiva:

O direito à educação, à participação e à plena igualdade de oportunidades para deficientes, bem como a necessidade de relacionar o atendimento educacional adequado com as características individuais de aprendizagem. (CARVALHO, 1998, p.34).

Esse texto faz uma referência importante sobre a equidade no que diz respeito as oportunidades, à medida que expõe como recomendação que o estudante deficiente tenha uma maior participação sobre a tomada de decisões sobre o que é melhor para o deficiente, pois nada melhor do que o próprio opine a respeito de uma mudança ou melhoria no acesso e permanência seja na escola ou em qualquer outra instituição, ou seja, o ponto inicial para um processo de conscientização deve partir daqueles que passam pelas situações limitantes.

O ano de 1981 foi marcado como o ano internacional das pessoas deficientes. No Equador, ocorreu a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais. Nesse evento, não ocorreram avanços significativos sobre a temática, a discussão versou sobre as barreiras arquitetônicas que dificultam a questão da acessibilidade. Nesse contexto pode-se observar que:

Não se trata apenas, da falta de professores ou de espaços físicos sem barreiras arquitetônicas, nas escolas. A isso ficam acrescidas as barreiras atitudinais e a frágil vontade política de oferecer-lhes atendimento educacional especializado. (CARVALHO, 1998, p.35).

Outro documento foi a Declaração de Sunderberg, que expressa em artigos, ações de cunho mandatário a respeito das ações que devem ser empreendidas pelo governo acerca da inserção desses estudantes na escola. Também realizada em 1981, com o objetivo do pleno desenvolvimento do estudante deficiente. Para referenciar tal encontro destaque para o 1º e o 6º artigos:

Art.1º - Todas as pessoas deficientes poderão exercer seu direito fundamental de pleno acesso a educação, formação, cultura e informação.

Art. 6º - Os programas, em matéria de educação e de cultura, deverão ser formulados com o objetivo de integrar as pessoas deficientes ao trabalho e a vida. (CARVALHO, 1998, p.36).

A XXIII Conferência Sanitária Panamericana ocorrida em 1990, sediada em Washington (Estados Unidos), abordou o contexto de uma igualdade de valor entre as pessoas independentemente de serem ou não diferentes.

Na década de 1990, Conferências, Congressos, Declarações foram expressas no que se refere ao contexto das pessoas com deficiência. Nesse momento, foram elaborados documentos com metas, diretrizes que trouxeram perspectivas para o tema. Nesse contexto, acontece “que a ideia se torna mais abrangente, considerando um modelo de integração que defende as repostas às necessidades pedagógicas de todos os estudantes no mesmo contexto através de atividades comuns embora adaptadas”.(Sapon-shein, 1992, Friend e Bursuck, 1996 apud Saint- Laurent, 1997, p. 68) citado por (Lykouropoulos, 2007, p.22).

Também em 1990, foi apresentado outro documento à Declaração Mundial sobre Educação para Todos, o qual trouxe objetivos e planos de ação para a questão em debate. O seminário regional sobre política, planejamento e organização da educação integrada para alunos com necessidades especiais revê historicamente o enfoque dado à educação especial como: “(a) beneficiante-assistencial; (b) médico-terapêutico; (c) educativo”. (CARVALHO, 1998, p.44).

A Declaração de Santiago identificou eixos valorativos tanto nas instituições quanto ao campo pedagógico. As normas uniformes sobre a igualdade de oportunidades para pessoas deficientes, aprovadas em 1993 em assembleia, e a Declaração de Salamanca, de princípios e prática da educação especial, realizada em 1994, traz à tona a emancipação do ser humano. Referente às declarações de Salamanca:

Uma escola aberta à diversidade, isto é, que respeite e ressignifique as diferenças individuais, bem como que estimule a produção de respostas criativas, divergentes, em oposição a estereótipos e à homogeneidade do sócio- culturalmente entendido como normal. Tal perspectiva implica numa redefinição do papel da escola, a partir da mudança de atitude dos professores e da comunidade. (CARVALHO, 1998, p.59).

Uma nova forma de trabalho, um novo olhar a respeito do tema, uma metodologia variada que leve em conta as habilidades dos estudantes e não seus pontos de fragilidade, a criatividade posta na prática educativa. Esse é o sentido do projeto de intervenção ora proposto para discentes e docentes, tendo em vista seus direitos, a fim

de que esses se vejam enquanto protagonistas da construção do conhecimento dentro da escola.

A flexibilização frente ao currículo e à avaliação que é um exercício didático devem constar nas escolas que inserem os estudantes deficientes, tendo a aprendizagem como foco em um público que necessita de algo inovador. As formas avaliativas devem ser construídas a partir de objetivos específicos para esses estudantes, e dessa forma deve o currículo apresentar flexibilidade, ser adaptável às situações vivenciadas em sala de aula. Frente às diferentes esferas dentro da escola, um olhar da equipe pedagógica se faz necessário para a elaboração de propostas de qualidade no ensino para os estudantes deficientes.

Os sistemas de apoio começam na própria escola, na equipe e na gestão escolar. O aluno com necessidades especiais não é visto como responsabilidade unicamente do professor, mas de todos os participantes do processo educacional. A direção e a coordenação pedagógica devem organizar momentos para que os professores possam manifestar suas dúvidas e angústias. Ao legitimar as necessidades dos docentes, a equipe gestora pode organizar espaços para o acompanhamento dos alunos; compartilhar entre a equipe os relatos das condições de aprendizagens, das situações da sala de aula e discutir estratégias ou possibilidades para o enfrentamento dos desafios. Essas ações produzem assuntos para estudo e pesquisa que colaboram para a formação continuada dos educadores. (ALONSO, 2013, p.35).

No contexto da aprendizagem, um ponto a ser analisado é a respeito da avaliação de como ela deve ser concebida para conseguir do estudante um rendimento satisfatório, seja ele deficiente ou não.

A avaliação escolar é uma ação complexa. A complexidade atribuída à questão avaliativa reside no fato de ser um exercício pedagógico-didático. Autores como Libâneo (1994) e Luckesi (2006) concebem a avaliação como um processo, uma ação contínua, e não apenas como uma verificação punitiva, no intuito de atribuir notas, com o objetivo “congelado” de quantificar sendo assim, a avaliação é encarada como:

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas. (LIBÂNEO, 1994, p.195).

A avaliação é um instrumento imprescindível para o trabalho do professor, é de caráter essencial na complementação do ensino-aprendizagem. A partir desta, pode-se

verificar o progresso, dificuldades dos estudantes redirecionando às práticas pedagógicas para que o discente possa obter o mínimo do conhecimento proposto para cada conteúdo. O padrão mínimo de conhecimento não quer dizer que não se pode avançar. O mínimo aqui é o que possa dar conta de inserir os alunos de forma a enfrentar uma sociedade injusta e desigual de forma crítica e participativa. A presença do erro e do acerto consolida-se tanto no ato de ensinar, como no ato de aprender. O erro pode ter um novo significado dentro de uma concepção não tradicional de educação em que este tem como simbolismo a ideia de fracasso, insuficiência.

Dentro do contexto pedagógico, um ponto de análise relevante relativo à diversidade apresentada nas escolas diz respeito ao currículo híbrido, proposta relevante de análise pedagógica (Silva, 1999, p.156). Diante das complexas multiplicidades das salas de aula, ele deve adotar metodologias de ensino diversificadas, respeitando as singularidades do estudante; apresentar uma temporalidade diferenciada, ou seja, alteração no tempo previsto para a realização das atividades ou conteúdos para alcançar determinados objetivos. Seria necessária uma nova forma de ver os discentes além da deficiência, seja ela visual, auditiva, intelectual, motora, entre outras - o quadro 01 identifica a multiplicidade de deficiências.

A fim de vê-lo como seres dotados de potencialidades, a estrutura curricular deve trazer essa possibilidade de uma proposta que reúna de estratégias pedagógicas e formativas – lúdicas – como, por exemplo, a história em quadrinhos. Assim, em vez de pressupor que o estudante deva ajustar-se a padrões de "normalidade" para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade através, entre outras questões, de metodologias criativas, que tragam outras construções para o dia a dia em sala de aula.

Quando 01: múltiplas deficiências

<p>1-Motora ou física</p> <p>1.1-Paraplegia ;1.2- Paraparesia ; 1.3-Monoplegia; 1,4-Monoparesia; 1.5-Tetraplegia;1.6-Tetraparesia; 1.7-Triplegia; 1.8-Triparesia; 1.9-Hemiplegia; 1.10- Hemiparesia; 1.11- Amputação; 1.12-Paralisia Cerebral; 1.13- Ostomia.</p>
<p>2-Auditiva</p> <p>2.1- de 41 a 55 db- surdez moderada; 2.2- de 56 a 70 db – surdez acentuada; 2.3- de 71 a 90 db – surdez severa;/ 2.4- acima de 91 db – surdez profunda; 2.5- anacusia.</p>
<p>3-Visual</p> <p>3.1- Visão Normal; 3.2- Próximo do normal; 3.3- Baixa visão moderada; 3.4- Baixa visão profunda; 3.5- Próximo à cegueira; 3.6- Cegueira total.</p>
<p>4- Mental</p> <p>4.1- leve; 4.2- moderado; 4.3- severo; 4.4- profundo.</p>

Quadro 1: Quadro organizado pela autora, 2015 a partir de informações do site :
<http://www.nei.ufop.br/dicas6.php>.

Segundo estudos da Universidade Estadual Paulista (2006), algumas atividades simples podem ser desenvolvidas com os estudantes de forma geral, para que eles percebam-se em situações diferenciadas que também podem fazer parte do cotidiano escolar:

Desenhar e escrever com os pés, com a boca, com o lápis embaixo do braço, com a mão contrária aquela que os alunos tem habilidade; pular corda de um pé só; ver o filme sem o som e depois descrever o que entendeu; ler um texto escrito de trás pra frente; com uma venda nos olhos, descobrir a forma de objetos, fazer uma refeição, movimentar-se em sala de aula; comunicar-se por meio de gestos, mímicas, etc. (SILVA, 2006, p.47).

As escolas devem adotar possibilidades de inclusão social e de produtividade para os estudantes deficientes para que eles, ao saírem da escola, compreendam que pode como qualquer outro cidadão participar das transformações sociais para a melhoria da realidade do mundo que o cerca.

1.2 A história em quadrinhos como recurso metodológico no objetivo da inclusão

A origem da história em quadrinhos remete à antiguidade. Desde a pré-história, os homens já desenhavam. Eles tentavam reproduzir a própria imagem, a natureza que os rodeava e narravam acontecimentos de seu cotidiano. Nas civilizações antigas, o recurso dos desenhos foi utilizado como forma de narrativa e continuou na tônica dos povos.

Esse recurso ilustrativo veio à tona na sociedade no século XIX, onde narrativas ilustradas em balões começam a ganhar as páginas dos jornais norte-americanos. No século XX, surgem os famosos Pato *Donald*; Super-Homem; *Batman*; Luluzinha e Capitão América originado no período com o objetivo de trazer um herói americano contra um vilão nazista; *Snoopy*; Charlie Brown; Thor; *Hulk*; Homem-aranha; Mafalda, que são famosos até os dias de hoje.

Os desenhos trazem por trás das imagens ilustradas um contexto, seja político, representativo, ou de mera diversão, ideais e projetos com um intuito específico. Diga-se as representações satíricas do profeta Maomé, dos jornalistas franceses do Charlie Hebdo, ocorridas em 7 de janeiro de 2015, que sofreu um ataque terrorista deixando 12 mortos e 11 feridos em decorrência de um entendimento negativo a respeito de charges entre eles, famosos cartunistas franceses que representaram em pequenas tiras, narrativas com conteúdo ideológico que foram publicadas no jornal e disseminadas pelo mundo e, como resultado, ocorreu uma sequência de eventos violentos não apenas na França, como em vários países do mundo.

O que se pode compreender é que existe um contexto histórico, político e de intervenção social nos quadrinhos, ou charges, e ao contribuir com a melhoria da condição social das pessoas, estejam elas em qualquer situação de exclusão, torna essa modalidade de expressão algo relevante e construtivo para a sociedade.

As HQs (Histórias em Quadrinhos) caracterizam uma sequência de ações, através da combinação de ilustrações com diálogos, que referem-se às mais diversas

situações. Esse recurso pode trazer aspectos positivos de entendimento. Até o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) possui uma versão para baixar, em que o conteúdo está expresso em tirinhas ilustradas como em uma HQ e um episódio da Turma da Mônica sobre o Estatuto (SOUSA, 2008).

2- DIAGNÓSTICO

O município de Areia Branca, onde está localizada a escola em análise, possui uma população aproximada, segundo o IBGE (dados do Censo populacional 2010), é de 16.857hab. Tem em sua estrutura protetiva das crianças e dos adolescentes os seguintes órgãos e especialistas: Secretaria de assistência social; CRAS (Centro de Referência da Assistência Social); Conselho tutelar; especialistas no trabalho com deficientes. Essa rede é acionada diante de situações conflituosas no âmbito escolar.

Tendo em vista os estudantes deficientes, existe a necessidade de uma preocupação mais específica com os dos povoados, pois muitos não frequentam a sala de recursos por falta de condições estruturais para que eles se desloquem das comunidades em que residem à sala de recursos na cidade. Segundo o documento do Plano Municipal de Educação, no ano de 2014, “estavam matriculados 293 alunos, nos turnos da manhã e tarde, da educação infantil ao 9º ano” (PME, 2014, p. 45).O mapa a seguir destaca o município de Areia Branca, no Estado de Sergipe.



Figura 2: Fonte:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Areia_Branca_\(Sergipe\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Areia_Branca_(Sergipe)).

No que se refere ao atendimento especializado, esse resume-se a uma única sala de recursos em todo o município, que fica situada na Escola José Romão do Nascimento, na sede municipal. A professora dessa sala de recursos, a qual foi entrevistada, permitiu que imagens pudessem ser feitas para mostrar a realidade desse espaço. Nas fotos seguintes, é possível ver a condição da mesa central da sala mesmo após a reforma, finalizada no decorrer do ano letivo de 2015:



Imagem 1: Estrutura da sala de recursos municipal. Fonte: autora, 2015.



Imagem 2: Poucos equipamentos audiovisuais disponíveis. Fonte: autora, agosto de 2015.



Imagem 3: Mesa danificada na sala de recursos, mesmo após a reforma iniciada em 2014 e finalizada no início de 2015. Fonte: autora, agosto 2015.

Através da observação direta, percebeu-se que a realidade socioeconômica do povoado em que está sediada a escola encontra-se refletiva em atividades ligadas à agricultura em especial à plantação de hortaliças em que a produção é vendida para dentro e fora do Estado; algumas professoras do quadro efetivo residem no próprio entorno escolar.

A escola analisada apresenta uma estrutura física reformada, com 6 salas de aula, uma sala para os professores, secretaria, banheiros: masculino e feminino para os estudantes ; cozinha, não possui amplos espaços recreativos ou quadra para a prática de atividades. Com relação aos níveis de ensino ofertados, possui Educação Infantil (1º ao 5º ano – matutino), Ensino Fundamental (6º ao 9º ano-vespertino). No ano de 2015, foram matriculados 308 estudantes; quadro de professores completo para a demanda com 16 profissionais pedagogos e os 8 professores licenciados em áreas específicas. No que tange ao estudante deficiente, esses são integrados ao cotidiano escolar, mas as condições para uma real inclusão ficam barradas por questões estruturais e pedagógicas.

Na escola em questão, existe uma rampa de acesso, no entanto, não possui corrimão para facilitar a locomoção de cadeirantes, sejam alunos ou não. Só possui um banheiro unissex (ver fotos abaixo) adaptado para cadeirante, que é utilizado por funcionários da instituição, assim como também é depósito para matérias de limpeza (ver fotos abaixo). Portanto, é preciso compreender se a escola está preparada para cumprir as exigências da lei atendendo à demanda desse público. As fotos a seguir representam a estrutura para o acolhimento de deficientes na escola.



Imagem 4: Dependências do banheiro e depósito. Fonte: autora: agosto de 2015



Imagem 5: Adaptações do banheiro. Fonte: autora, agosto de 2015.



Imagem 6: Única rampa de acesso construída na escola, sem corrimão
Fonte: autora :setembro de 2015.

Para a formação de docentes numa perspectiva de educação inclusiva seriam necessários: níveis de formação inicial; formação de professores generalistas; formação de professores especialistas. O PME (Plano Municipal de Educação), período de vigência 2014/2024, traz que o AEE (Atendimento Educacional Especializado) deve ser realizado dentro de um trabalho integrado com uma equipe multiprofissional, composta

por psicólogos, psicopedagogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, para que aconteça um acompanhamento psicopedagógico com esses alunos (Areia Branca/2014).

O que se pode salientar nessa questão é que, sendo a educação um direito de todos. O professor necessita de um aparato mínimo para trabalhar os conteúdos com esses estudantes, falta como a entrevistada C (identificação fictícia para preservar a integridade do entrevistado) uma das professoras especialista em Libras do município: “[...] consciência e sensibilidade e se colocar no lugar do outro, sendo esse outro um aluno deficiente” (2015). O processo de aprendizagem passa por diferentes esferas que envolvem o ser e este com a sociedade.

O que deve ocorrer para que um trabalho de conscientização seja realizado é incluir o estudante deficiente para que sua presença e permanência no ambiente escolar sejam feitas com qualidade, que não seja uma mera obrigação registrada por Lei, em que estudantes e a equipe que compõe a escola estejam conscientes de que essa inclusão deve envolver aspectos positivos de convívio, de aprendizado, e tantas outras condições inerentes a esse novo enfoque. As mudanças devem começar pela conscientização social a respeito do deficiente, esteja ele inserido ou não na escola, e nesse ambiente, um conjunto de profissionais necessita colocar em prática uma inserção de qualidade para além dos dados estatísticos.

Se uma escola deve receber estudantes deficientes, ela deve estar minimamente preparada para tal atividade. Questões que envolvem o currículo, tempo e espaço devem ser revistas pela comunidade escolar tendo em vista um PPP que norteie as ações a serem executadas de forma flexível dentro de um currículo híbrido. As formas avaliativas devem ser diferenciadas considerando que a comparação com os demais não deve ser feita, pois cada um compreende e assimila o conhecimento de modo diverso, assim como o estudante deficiente tem direito a um atendimento especializado no contraturno em que estuda, com relação ao PPP argumenta-se que:

O projeto político pedagógico inscreve-se, assim, numa visão conjunta, articulando as dimensões da intencionalidade com as de efetividade e possibilidade. E o projeto tem que ser viável: colocado em prática, deve ser exequível e assumido coletivamente pelo grupo, ou seja, pelos vários segmentos da comunidade escolar. (VEIGA, 1998, p.115).

Dentro de um quadro mais abrangente de desigualdade social, uma das marcas do Brasil, diz respeito à questão referente à inclusão, a qual esbarra nessa seara histórica

excludente do país, o que adentra a escola e chega as salas de aula. “Uma turma para lá de especial” abordará os estudantes deficientes como personagens heroicos dotados de “superpoderes” e que têm as Leis a seu favor nas mais diversas situações. Eles serão combatentes da segregação, terão como “bandeira” de luta a educação inclusiva feita com qualidade para que saiam de uma marginalização, condição de estar à margem da sociedade.. Nesse contexto de abordagem a inclusão:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor. (FERREIRA, 2005, p.44).

Além disso, existe toda uma mudança de paradigma, um rompimento de estereótipos. A sociedade deve atender as diferenças, de modo a respeitá-las, encontrar em cada singularidade sua importância. O princípio da inclusão objetiva essa prática, um tanto diferente da integração, que apresenta como ponto positivo a inserção do estudante deficiente desde que ele seja “capaz” de se adaptar à escola, ou ao emprego. Ela aceita os deficientes, entretanto, deixa de acolher a heterogeneidade, pois tenta moldá-los dentro de uma aparente normalidade.

Segundo a Cartilha “Escola para todos: educação inclusiva, o que os pais precisam saber”, desenvolvida pelo Movimento Down, para que o aluno deficiente seja incluso na escola, medidas são necessárias, tais como:

Reconhece que todas as crianças podem aprender; Reconhece e respeita as diferenças nas crianças: idade, sexo, etnia, língua, deficiência, classe social, estado de saúde; Permite que estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam às necessidades de todas as crianças; Faz parte de uma estratégia mais abrangente de promover uma sociedade inclusiva; Reconhece que a educação é um processo dinâmico, que está em evolução constante; Sabe que o ensino não deve ser restrito ou limitado por salas de aula numerosas nem por falta de recursos materiais. (ROCHA, 2014, p.27).

Frente a isso, uma situação ocorrida na escola pode ser citada. Foi observado que, no início do ano letivo de 2015, uma professora da referida escola, durante o período de observação para o elaboração do projeto, comentou com outros docentes sobre o comportamento de um estudante. Aqui, ele será chamado de L (tratá-lo-á por uma inicial diferente de seu nome para proteger a identidade dele). Ele chegou à escola

com uma prescrição médica, o que o dispensava das atividades práticas nas aulas de Educação Física, por ter um problema de saúde.

Com relação ao seu comportamento em sala de aula e convívio com os colegas, ele é quieto e tímido, por exemplo, não sai da sala de aula durante o intervalo. Em uma das conversas na sala dos professores, uma profissional, em diálogo com outra, indagou: “Você já sabe que L é autista? Pois ele é deficiente”. Outra professora proferiu o seguinte diagnóstico sobre o mesmo aluno. “Ah... ele é doente, especial”.

Diante da situação observada, a direção da escola foi prontamente procurada para saber a situação do estudante em questão e para procurar junto à ficha do matriculado algum laudo médico que afirmasse tal deficiência, o qual não foi encontrado. A direção procurou um familiar que relatou que desconhecia qualquer nível de deficiência no menino, pois atribuía a timidez ao fato de já ter passado por problemas de saúde. Essa situação revelou uma falta de habilidade de alguns professores frente a estudantes diferentes, sejam eles deficientes ou não, esse relato tem o objetivo de revelar a falta até de trato social com a questão da deficiência.

Tanto o PPP, quanto o Regimento Interno da Escola José Inácio da Fonseca, privilegiam no plano teórico a construção de um estudante crítico e participativo. O regimento estabelece no que diz respeito à criança ou ao adolescente deficiente, uma estrutura mínima de trabalho, mas o que é visto na escola referida é a falta de entendimento sobre as diferentes deficiências (ver quadro apresentado anteriormente) e como estruturar um trabalho pedagógico adequado para cada uma delas, pois existem alunos matriculados na escola que possuem múltiplas deficiências.

Já foi proposto para a direção um possível acompanhamento psicológico para os estudantes, porque há situações conflituosas que dificultam o convívio entre os próprios como, por exemplo, agressões verbais e físicas, mas houve um entrave de entendimento, na medida em que se acredita que o psicólogo deve ser um profissional “exclusivo” para a área da saúde e não educacional haja vista um reducionismo e falta de compreensão sobre o trabalho e abrangência da ação desse profissional.

Na escola *lócus* da análise, percebe-se uma falta de estímulo interno por parte desses estudantes. As perspectivas com relação ao próprio futuro e a importância da escola em suas vidas estão deturpadas, e esse desestímulo contagia outros e o ambiente em geral. Como já foi mencionado, há uma necessidade urgente de realizar um trabalho

conjunto entre as secretarias do município, pois o estudante é um cidadão que precisa ser acompanhado como tal.

Nesse contexto, cabe analisar o papel do Conselho Tutelar, que por repetidas vezes, tem sua função reduzida à imposição do medo, com frases do tipo “Se não se comportar, vou chamar o Conselho”. Este só é chamado para solucionar situações pontuais conflituosas. Houve relatos recentes de mães que foram chamadas pela direção da escola e disseram: “Pode entregar para o Conselho”. Segundo elas, já não sabiam mais o que fazem com o comportamento conflituoso dos seus filhos em casa e na escola.

Essa questão abre uma discussão difícil, pois, parafraseando a Lei Nº 9394/1996, a educação é um dever da Família e do Estado, só que, por vezes, a primeira responsabiliza unicamente a segunda por todo o processo educativo.

As entrevistas foram sistematizadas tendo em vista o assunto a ser trabalhado, como compete sobre o direito das crianças e dos adolescentes. O profissional requisitado para discutir tais questões foi o conselheiro tutelar. No que tange à estrutura da escola, a direção respondeu aos questionamentos indagados através de uma entrevista estruturada pelo CESAD e identificou a logística da escola estudada. De forma mais específica, quando se trata dos estudantes deficientes, duas profissionais especialistas na área responderam questões ligadas às dificuldades que encontram em trabalhar com o público deficiente dentro da escola, o contexto de inserção na comunidade e até no convívio familiar. Além das perguntas estruturadas, perguntas extras foram elaboradas frente ao tema analisado (ver anexo e apêndice). Tanto para o conselheiro tutelar quanto para os demais entrevistados, segundo ele o ECA deveria trazer questões mais claras no que diz respeito às crianças e adolescentes deficientes. Outro ponto que deve ser destacado durante o questionário, o conselheiro relatou que já passou por situações de agressão verbal e que já levou “uma carreira” de facção, desafios por ele enfrentados diante do âmbito profissional, no que tange ao tema específico do projeto de intervenção.

Na entrevista 02, a especialista em Educação inclusiva com foco em Libras (Língua Brasileira de Sinais) respondeu questões extras para o desenvolvimento do projeto de intervenção. As respostas envolviam o cotidiano dos estudantes deficientes na escola, suas dificuldades, com relação à interação com os colegas, professores,

desenvolvimento de atividades, aceitação dentro de casa e como isso interfere no contexto educacional.

3- PLANO DE INTERVENÇÃO

Um cotidiano escolar com estudantes deficientes, que são matriculados na escola, e que não sabem ao certo as deficiências apresentadas pelos discentes, na qual tanto a direção quanto os professores possuem poucos recursos para trabalhar de forma satisfatória com eles, esse é o quadro da escola estudada frente ao contexto do estudante deficiente.

Essa problemática é relevante a partir do entendimento de que, ao receber o estudante deficiente, o ambiente escolar deve apresentar condições para que a aprendizagem aconteça. A partir do momento em que isso não acontece ou não existem estratégias para que a qualidade do ensino seja o ponto chave do trabalho pedagógico, obstáculos para uma conscientização se fortalecem, vê-se uma condição simplória, e reducionista e de pré-julgamento para com a aprendizagem diferenciada dos estudantes, sem entrar no mérito das deficiências que tem preconceitos enraizados na consciência social dos indivíduos.

Para compreender e diagnosticar como a questão central desse projeto acontece no dia a dia da escola, foram utilizadas entrevistas (estruturadas e semiestruturadas) com profissionais que compõem o quadro de proteção das crianças e dos adolescentes no município analisado, além da observação direta e indireta no ambiente escolar e no entorno (comunidade) e análise de documentos internos da escola (PPP e regimento).

Diante da análise feita a respeito da problemática encontrada, percebeu-se que o trabalho realizado com o estudante deficiente é incompleto. Faltam medidas para uma aprendizagem que preze pela qualidade. A própria instituição não sabe ao certo quantos estudantes deficientes estão matriculados, e quais são as deficiências ou a multiplicidade delas presente. Por isso, é perceptível essa incompletude frente a esse aspecto. Quanto à estrutura física, falta um acesso que facilite a locomoção, recursos materiais disponíveis para a confecção de atividades lúdicas e uma estrutura pedagógica que compreenda o estudante de modo mais individual, assim como uma metodologia diferenciada.

Tendo em vista tal diagnóstico acerca do que foi analisado, o objetivo geral deste plano é trazer a história em quadrinhos – “Uma turma para lá de especial” - como um recurso possível a ser empregado na escola; os objetivos específicos são: priorizar atividades lúdicas a serem trabalhadas com os alunos deficientes; elaborar metodologias diferenciadas com o intuito de uma aprendizagem qualitativa; estimular a escola para que elabore com autonomia o seu PPP que priorize as necessidades dos estudantes deficientes.

Apresentar uma HQ como recurso surgiu da observação comportamental dos estudantes, que respondem bem a atividades artísticas ou mesmo lúdicas . Trata-se de uma proposta que terá uma primeira atividade voltada para os estudantes e professores e que culminaria em outras com a colaboração da equipe pedagógica da escola.

As ações para que os objetivos possam ser postos em prática serão: discussões com os professores sobre a temática; palestras com uma equipe especializada (fonoaudiólogos, psicopedagogos, psicólogos, psiquiatras e outros profissionais que se façam necessários) para a comunidade escolar (alunos, funcionários e a comunidade) sobre as múltiplas deficiências; acompanhamento dessa equipe para trabalhar as diversidades no contexto da escola.

Em relação aos aspectos acima citados, o cronograma a seguir (quadro 02) apresenta uma listagem de atividades para que a HQ apresentada como projeto de intervenção possa ser utilizado como um recurso possível. Nele, estão expostas as atividades a serem executadas para que a história em quadrinhos seja empreendida com um recurso.

enquanto deficientes e que possuem habilidades diferenciadas, no caso de “uma turma(...)”, superpoderes. A capa da HQ com folhas e em preto e branco representam à entrada em um jardim secreto , que o estudante deficiente possui uma forma própria de ver o que o cerca que outras pessoas não são capazes de expressar , pois não passam pelas situações vivencias por estes dentro e fora da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudantes constroem sua identidade social e cultural com a família e na escola. É nesse ambiente que valores são edificados e levados para a vida, e assim, cidadãos serão transformadores e transformados pela sociedade. Esta tão desigual e contraditória classifica e exclui aquilo que não lhe convém. Assim, encontra-se a escola nos dias atuais como parte de um ciclo social que pode reproduzir ou modificar valores arraigados na consciência dos indivíduos.

Acredita-se que não existam formulações prontas para uma educação satisfatória e menos excludente. As melhorias acontecerão através de tentativas e de possíveis erros. Nesse contexto, a questão processual é um fator determinante nesse aspecto, tendo em vista que currículo, avaliação e metodologias têm a necessidade de se adaptarem aos contextos variados de aprendizagem, e nesse caso, entra a questão dos estudantes deficientes. Se a sociedade tem uma visão estereotipada sobre eles, a escola é um espaço que pode e tem em sua base a possibilidade de inseri-los de uma forma digna e que os faça encontrar o caminho para uma participação social efetiva, que não camuflem uma aparente normalidade que sintam que têm o direito de estarem presentes nas mudanças que o campo social precisa.

Mudanças essas que devem começar em um âmbito geral por uma desconstrução de pré definições a respeito das pessoas deficientes. E a escola é um espaço de convivência onde as transformações podem ocorrer, na medida em que esse ambiente resignifique o papel dos atores que fazem a escola, espera-se que o protagonismo esteja nos estudantes e também nas diferenças dos mesmos.

Potencialidades e limitações os indivíduos possuem e isso independe de serem deficientes. Cabe à sociedade observar em qual contexto irá concentrar suas atividades, e a escola, espaço que as pessoas convivem com diferenças desde a infância, tem por objetivo priorizar o que melhor pode ser apreendido dos estudantes, um trabalho em conjunto em que os profissionais da educação não estejam estanques em suas posições hierárquicas e que não reduzam toda e qualquer ação apenas a seu ponto de vista. Podem existir cooperações entre as diferentes secretarias municipais de saúde, assistência social, de transportes para que os alunos possam “construir” sua aprendizagem em conjunto e que, enquanto cidadãos, tenham em mente sua importância para o todo social.

Em diferentes momentos, as visões a respeito das pessoas deficientes se modificaram e isso se reflete na escola. Nos dias atuais, diversas alternativas para uma integração de qualidade vêm sendo empreendidas através de avanços e retrocessos como qualquer atividade humana, mas acertos existem e devem aparecer em contextos gerais e não apenas em situações pontuais de qualidade.

A tecnologia está a serviço dessas mudanças, por exemplo, o “*Hand Talk*”, que é um aplicativo que trabalha a linguagem em Libras (Língua Brasileira de Sinais) de uma forma lúdica através de um personagem virtual que traduz expressões para surdos, ou para pessoas não surdas que queiram aprender a segunda língua oficial do Brasil. Essas e outras tecnologias poderiam ser empregadas em mais escolas. No município de Areia Branca/SE, o *Hand Talk* é utilizado pela professora da sala de recursos apenas no seu celular, pois ela relatou em entrevista que não possui acesso à internet na sala, para que possa utilizá-lo com os estudantes de modo mais significativo. Esse relato revela entraves ao trabalho, problemas estruturais básicos que dificultam a socialização de experiências positivas de aprendizagem.

Para trabalhar uma possibilidade de intervenção frente às problemáticas já destacadas há a história em quadrinhos como um recurso que chame a atenção dos leitores para a questão dos deficientes na escola, em que eles são expressos como super-heróis dotados de poderes dentro de suas limitações e que têm como “bandeira” a luta contra o preconceito através de seus direitos assegurados por Lei, uma forma lúdica de encarar a questão dentro da escola (ver anexos com a capa e a apresentação dos primeiros personagens).

Dessa forma, as chances para uma mudança significativa não se esgotam ao mesmo tempo em que novas situações aparecem no cotidiano da escola. Essa novidade deve ser a mola-mestra para ações diferenciadas seja no contexto de estudante deficiente ou não. O novo deve ser bem-vindo no convívio escolar. Sedimentar valores de um tradicionalismo que não deu certo não levará a sociedade para uma condição positiva frente às melhorias sociais tão almejadas.

Possibilitar essas condições positivas de se viver em grupo, seja dentro ou fora da escola, com as múltiplas diferenças existentes, é um ponto-chave para um convívio mais harmônico. A escola recebe variadas situações conflituosas, seja de violência

verbal, sexual, física, intelectual, que levam a comunidade a repensar atitudes que são expostas dentro das salas de aula.

As possíveis soluções para minimizar tal conflitualidade devem surgir através de debates, ideias coletivas, um trabalho integrado com outros setores para além do espaço escolar, e de uma conscientização sobre a importância das diferenças para que esses padrões de beleza, comportamento e estilo de vida tão alardeados nos dias atuais transformem-se em um ideário coletivo de equidade.

REFERÊNCIAS

A turma da Mônica em: o Estatuto da Criança e do adolescente. Disponível em: <http://www.finiativa.org.br/resources/equinha.pdf.%20> . Acesso em 03 de set 2015, às 07:07

ALONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva:** foco nas redes de apoio. Disponível em :<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml?page=4>. Acesso em 10 de out 2015, às 02:44.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial.** Rio de Janeiro, 1998. CASAGRANDE, Ferdinando. **Como a legislação assegura a inclusão de alunos com deficiência.** Disponível em: <http://gestaoescolar.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao-educacional-trata-inclusao-759502.shtml>. Acesso em 02 de set 2015, às 22:45.

CESAD (Centro de Educação Superior a Distância). **Roteiros de observação da escola e entrevista geral.** Disponível em :<http://www.cesadufs.com.br/fc/mod/resource/view.php?id=1307>. Acesso em 30 de mar 2015, às 23:58.

Constituição Federal 1988 . Disponível em :http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC84.pdf . Acesso em 01 de set 2015, às 06: 36.

COSTA, Valdelúcia Alves de. **Educação Inclusiva – Para quê? Experiências na escola pública.** Editora universitária da Universidade Federal do Maranhão – EDUFMA. São Luís – Maranhão, 2010.

Decreto nº 72.425/ 1973. Disponível em ; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0073.htm. Acesso em 02 de out 2015, às 0:56.

EL PAÍS. **Charlie Habdo anuncia que não publicará mais sátiras de Maomé.** Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/18/internacional/1437240106_733236.html. Acesso em 17 de jul 2015, às 07:54.

FERREIRA, Windyz B. **Educação Inclusiva:** Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 40.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dados sobre a cidade de Areia Branca/ E . Censo populacional 2010. Disponível em : <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=280050>. Acesso em 11 de nov 2015, às 07:44.

JUSTIÇA, Ministério da .Secretaria Nacional dos direitos humanos. **Estatuto da criança e do adolescente**. Extraído do programa: Promoção dos direitos da criança e do adolescente. Aracaju/SE.1998.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A Educação deficiente do Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Coleção educação contemporânea. Autores associados. 2004.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 08 abr 2016, às 10:11.

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.Disponível em :http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em 17 set 2015, às 06:31.

LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em 08 abr 2016, às 17:46.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos . **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2006.

LYKOUROPOULOS , Cristina Beatrice .Tese de mestrado . **Inclusão escolar de alunos com deficiência**: um estudo das propostas e ações políticas e sua apropriação por escolas da rede municipal de ensino Maceió –Al .Disponível em : http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5301. Acesso em 29 nov de 2015.

Núcleo de Educação Inclusiva. Universidade Federal de Ouro Preto .**Tipos de deficiências**. Disponível em : <http://www.nei.ufop.br/dicas6.php>. Acesso em 13 de nov 2015, às 07:53.

PEDRO, Ketilin Mara. **Ações/atividades de inclusão**. Disponível em: <http://www.wp.fc.unesp.br/~lizanata/tcc/atividadesdeinclusao.html>. Acesso em 1º de set 2015.

ROCHA, Luana e ALMEIDA, Patrícia. **Cartilha movimento Down**. Disponível em : <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2014/11/ESCOLA-PARA-TODOS-PUBLICAÇÃO-DIGITAL-logo-governo.pdf>. Acesso em 01 de out 2015, às 06:20.

ROCHA, Luana. **Educação Inclusiva**: o que os pais precisam saber? Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/11/ESCOLA-PARA-TODOS-PUBLICA%C3%87%C3%83O-DIGITAL-logo-governo.pdf>. Acesso em 10 out de 2015, às 21:32.

SANTOS, Luana da Mota. **A implantação da sala de recursos no município de Areia Branca/SE**. Para o Plano Municipal de Educação ciclo 2014/2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 156 p. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/83/2679>. Acesso em 01 de set 2015, às 23:11.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUSA, Maurício de. **Estatuto da Criança e do Adolescente em quadrinhos turma da Mônica**. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/monica_estatuto.pdf. Brasil, 2008. Acesso em 19 jul 2015, às 00:12.

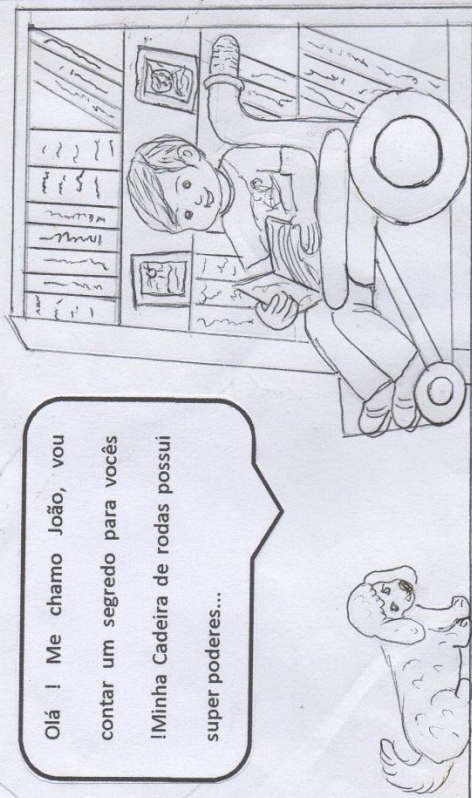
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto político-pedagógico**: uma relação regulatória ou emancipatória? . In: Cadernos Cedes: Arte e Manhas dos Projetos Políticos Pedagógicos. v.1. n.61. São Paulo: Cortez, 2013.

VIEIRA, Givanilda Márcia. **Educação inclusiva no Brasil**: do contexto histórico à contemporaneidade. 2012. Disponível em: http://www.mpba.mp.br/atuacao/educ/educacaoinclusiva/artigos/EDUCACAO_INCLUSIVA_NO_BRASIL.pdf. Acesso em 22 ago 2015, às 19:31.

APÊNDICE



Olá ! Me chamo João, vou contar um segredo para vocês ! Minha Cadeira de rodas possui super poderes...



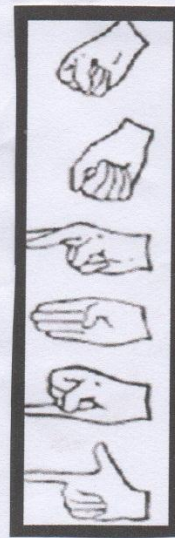
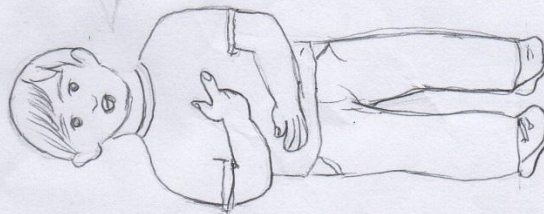
Oi! Meu nome é Pedro a Síndrome de Down me trouxe o poder do amor ! Meu abraço cura qualquer dor...



Olá pessoal !Eu sou Alice , muito prazer, minha bengala é inteligente... Faz coisas que ninguém imagina, quando alguém precisa estou sempre pronta para ajudar!



Sou o João ! You usar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) a favor daqueles que precisam ...Através dela posso ajudar crianças e adolescentes na escola, agora você já conhece a minha turma vem transformar a escola em um lugar pra lá de especial !



Perguntas extras para a professora da Sala de Recursos do município:

- 1)Qual o seu interesse de ser uma profissional que trabalha com a educação inclusiva?
- 2)O processo de inclusão escolar está em qual andamento em Areia Branca?
- 3)Na sua opinião qual termo se enquadra melhor quando se fala de inclusão: aluno com necessidades especiais ou aluno deficiente?
- 4) Você acredita que a Sala de recursos do José Romão comporta a demanda inclusiva do município?
- 5)Você trata no texto do PME (Plano Municipal de Educação) em um atendimento integrado de fato ele existe de forma efetiva na município de areia Branca?
- 6)Se não , se na sua opinião o que falta para que isso aconteça?
- 7) Você fala da formação de professores na perspectiva da inclusão, você acredita que as Licenciaturas devem focar mais nessa temática? Ou esse ponto fica mais inclinado para a especializações?
- 8) As escolas em Areia Branca protegem o aluno deficiente? Em quais sentidos?
- 9) O que falta para acontecer uma inclusão de qualidade em Areia Branca?

Perguntas extras para o Conselheiro Tutelar entrevistado:

- 1)Você acredita que enquanto Conselheiro Tutelar você pode trabalhar para proteger um aluno com deficiência dentro da escola? Como?
- 2)Quais são as intervenções que um Conselheiro Tutelar diante da proteção de uma criança deficiente na escola?
- 3) O ECA na sua opinião , enquanto Conselheiro Tutelar apresenta boas propostas de ação para as crianças e os adolescentes com deficiência?

Perguntas extras para a Especialista em Educação inclusiva no município):

- 1)Você acredita que seu trabalho da conta da demanda das situações com deficientes em Areia Branca?
- 2)A sala de recursos é um instrumento necessário em todas as escolas do município?
- 3)As escolas em Areia Branca protegem o aluno deficiente ? Em quais sentidos?
- 4)Você acredita que a inclusão feita em Areia Branca é satisfatória?
- 5)Para tornar a escola inclusiva o que compete as diversas esferas de governo?
- 6)Como preparar os vários espaços da escola para receber os deficientes?

ANEXOS

I – A ESCOLA
<p>Localização (cidade, centro, interior, povoado); Estrutura (reformada ou não, quantas salas de aula, espaços para recreação); Níveis de Ensino ofertados e os turnos Quantidade de alunos Quantidade de professores (quadro completo ou falta de professor?);</p>
II – CONTEXTO ESCOLAR
<p>Relação professor-aluno (como se comportam, como interagem, conversam, brigam, gritam?); Relação aluno e diretoria/secretaria/equipe pedagógica (como se relacionam?); Iteração entre os alunos na escola (durante as aulas e durante o(s) intervalo(s)); Merenda escolar (a escola oferece, o que?, como? em que turnos?); Biblioteca (Possui? É utilizada? Aberta? Fechada?); Sala de vídeo (ou multimídia) (Possui? Como é utilização?); Grêmio escolar (Possui? Existe sala para o grêmio? É atuante?).</p>
III – ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA
<p>Organização e utilização do espaço escolar; Utilização de textos e livros didáticos (Possui livro didático para todos os alunos em todas as disciplinas?); Realização de projetos (Desenvolve projetos? Quais? Todos os anos?); PPP (Existe? É utilizado? Está atualizado? Os professores têm conhecimento?); Currículo Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?); Regimento Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?); Conselho escolar (Existe? É atuante? Quem participa? Como funciona?); Como é elaborado o Calendário Escolar? Como é organizado o HTPC(Horário de Trabalho Pedagógico) e Reuniões Pedagógicas? Como são elaborados os Planos de Ensino? Existem projetos interdisciplinares? Quais são os procedimentos pertinentes à avaliação e à recuperação de alunos? Quais são os assuntos abordados nas reuniões de pais? Há estratégias para garantir as informações sobre aprendizagem dos alunos?</p>
Observações:

